



**COMMUNICATION  
DE LA COMMISSION  
AU CONSEIL, AU PARLEMENT  
EUROPÉEN, (...) SUR UNE  
STRATÉGIE D'INFORMATION  
ET DE COMMUNICATION  
POUR L'UNION EUROPÉENNE**

*(...) Esta nova abordagem no domínio da informação e comunicação é necessária a fim de defrontar a ignorância e a apatia sobre a União Europeia e apelar aos cidadãos para intervirem no debate europeu. (...)*

António Vitorino, Comissário Europeu

No passado dia 2 de Julho foi apresentado pela Comissão Europeia um novo quadro de cooperação interinstitucional para pôr em prática uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia. A Comunicação da Comissão que propõe uma coordenação reforçada para a política de informação e comunicação teve origem no Conselho Europeu de Helsínquia de Dezembro de 1999.

Nesta reunião, o Conselho Europeu pediu ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão para unirem esforços com vista a uma difusão coordenada da informação sobre a União Europeia, otimizando a utilização dos recursos.

Na sequência deste apelo, a Comissão emitiu o COM(2001) 354 final, em Junho de 2001, onde propõe um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia. Neste contexto todas as outras instituições da União Europeia foram convidadas, assim como os Estados-membros e os parlamentos nacionais, a contribuir para a renovação desta política.

As linhas de força que se destacam no COM(2002) 350 final prendem-se com a necessidade de uma maior coordenação entre a Comissão, o Parlamento Europeu, o Conselho e os Estados-membros no processo de difusão da informação. Por outro lado, a Comissão identifica como temas de informação prioritários: o alargamento, o futuro da Europa, o espaço de liberdade, segurança e justiça e o papel da União Europeia no mundo, pelo que é fundamental uma maior definição e clareza das mensagens transmitidas, as quais deverão responder às preocupações dos cidadãos europeus com efeito directo na melhoria da sua qualidade de vida.

Deste modo, para pôr em prática a estratégia de comunicação proposta, a Comissão considera essencial a existência de uma parceria com os Estados-membros, parceria essa que ao nível operacional se traduz na colaboração interinstitucional,

nos diferentes aspectos da descentralização e na relação com a sociedade civil. A concretização da colaboração interinstitucional será feita através do Grupo Interinstitucional de Informação (GII), grupo de trabalho que definirá as grandes linhas e prioridades da política geral de informação e comunicação.

O COM(2002) 350 final refere ainda que para aproximar as instituições dos cidadãos deverão ser optimizados os instrumentos existentes em proveito da nova estratégia, de que são exemplo os meios audiovisuais, as TIC e as redes de informação físicas e humanas. A reformulação da política de informação e comunicação dirige-se essencialmente ao cidadão, que melhor informado poderá assumir de pleno direito a cidadania europeia e, naturalmente, passar a ser parte activa no processo de tomada de decisão das grandes questões europeias que o afectam no quotidiano. Combater a *ignorância generalizada* sobre a Europa, que segundo as estatísticas afecta sobretudo a camada mais jovem da população, é a prioridade número um desta Comunicação.

**Helder da Rocha Machado, Vera Batalha**

**UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia.**  
*Communication de la Commission au Conseil, au Parlement Européen, au Comité Économique et Social et au Comité des Régions sur une stratégie d'information et de communication pour l'Union Européenne* [em linha]. Bruxelles : Commission européenne, 2 juillet 2002 [referência de 22 de Julho 2002]. Disponível na Internet em : <[http://europa.eu.int/comm/dgs/press\\_communication/pdf/com\\_2002\\_350\\_fr.pdf](http://europa.eu.int/comm/dgs/press_communication/pdf/com_2002_350_fr.pdf)>.



## TEJENDO LA RED

### LA GALAXIA INTERNET

O propósito de reunir estas duas obras na mesma notícia é possibilitar ao leitor a observação de uma mesma realidade – a Internet – por dois prismas diferentes, através de contributos, de certa forma, fundadores dessas duas visões. Se bem que existam temas iguais tratados pelos dois autores, por exemplo o caso da privacidade, estamos perante perspectivas diferentes, embora não necessariamente contraditórias. Apesar de Tim Berners-Lee afirmar que a “Web es más una creación social que técnica. Yo lo diseñé por su efecto social – para ayudar a que la gente trabajase junta – y no como un juguete técnico” (p. 115), é Castels que desenvolve um conjunto sistemático de reflexões sobre as alterações produzidas pela Internet nas sociedades contemporâneas. Enquanto que no primeiro caso, estamos mais perante uma visão eminentemente pessoal de alguém que foi e é, de facto, não só um observador privilegiado mas o criador da realidade, pelo menos enquanto objecto, no segundo entramos claramente no domínio da produção científica.



Apesar de Manuel Castels reconhecer que esta obra não esgota todas as fontes de informação existentes nem todos os assuntos, penitenciando-se mesmo por não ter incluído assuntos como o *e-learning* e as relações de género, as ideias que expõe sobre a interacção entre Internet, economia e sociedade baseiam-se em observações documentadas por estudos que se tem vindo a realizar desde a segunda parte da década de 90. Ao contrário, Tim Berners-Lee traça, sobretudo, o percurso histórico da Web, que se confunde com o seu percurso pessoal e o das instituições científicas que mais directamente estiveram implicadas nesta revolução comunicacional, para terminar por relevar o seu sonho actual, ou seja, o de fazer evoluir a Web para o que ele próprio tem vindo a designar por “Web semântica”. Esta nova web é definida, de forma ainda difusa, pela possibilidade de publicar informação e dados por forma a que as máquinas os possam entender de forma natural (p. 163). O fundamento estrutural desta visão é o XML (Extensible Markup Language) enquanto nova linguagem de estruturação dos documentos e os seus primeiros produtos são os metadados (quer dizer,

normativos para uma semântica da descrição sobre os objectos digitais) e o RDF (Resource Description Framework) como sintaxe que permite que esses metadados sejam utilizados globalmente por diferentes aplicações e possam ser intercomunicáveis. Os primeiros novos capítulos da obra de Tim Berners-Lee contam com algum pormenor a criação e desenvolvimento da Web a partir dos “sonhos” iniciais explicitando as soluções tecnológicas (protocolos de comunicação e transferência de informação, linguagens de estruturação dos documentos, o hipertexto, etc.) que têm vindo a ser adoptadas até à actualidade, o que inclui a recente linguagem XML e o RDF. Numa linguagem que pode ser interpretada pelo cidadão comum, o fundador da Web proporciona um conhecimento relativamente aprofundado de todas as temáticas técnicas e organizativas associadas a este assunto. Num capítulo em tudo semelhante, ou seja, que visa traçar a história da Internet, a perspectiva de Castels é a de interpretar, sobretudo, esse nascimento à luz das comunidades humanas nele envolvidas e das culturas corporizadas por essas comunidades, terminando por concluir que “en esta concepción comunitaria de la tecnología, la hidalguía meritocrática se encontró com la contracultura utópica en la invención de Internet, así como en la defensa del espíritu de libertad que está en su origen. Internet es, ante todo, una creación cultural.” (p. 48) Na criação cultural que é a Internet entrelaçam-se, segundo Castels, quatro estratos sobrepostos: a cultura tecnico-meritocrática, a cultura *hacker*, a cultura da comunidade virtual. Estes vários

estratos culturais, aos quais o autor dedica todo o segundo capítulo, articulam-se de forma que sintetiza da seguinte maneira: “La cultura de Internet es una cultura construida sobre la creencia tecnocrática en el progreso humano a través de la tecnología, practicada por comunidades de hackers que prosperan en un entorno de creatividad tecnológica libre y abierto, asentada en redes virtuales dedicadas a reinventar la sociedad y materializada por emprendedores capitalistas en el que hacer de la nueva economía.” (p. 77) No capítulo terceiro da obra de Castels analisa-se a problemática relativa à nova economia. Após referenciar e comentar dados e estudos analíticos, o A. conclui que se trata de uma economia baseada em valores que financiam a inovação de alto risco que está na base do alto crescimento da produtividade. É uma economia onde se aposta forte, com altos índices de criação e destruição da riqueza. Segundo Castels, quando a espiral do mercado começa a descer é de forma repentina e só é possível reverter a situação pela alteração das expectativas, recuperando a cultura da esperança no futuro que é, segundo Castels, o fundamento cultural em que se baseia esta nova economia. De entre os vários capítulos de que ainda se compõe esta obra descaíramos quatro: um que diz respeito às comunidades virtuais, dois relativos à política da Internet, que analisam a relação entre a sociedade civil e o estado e as questões relativas à privacidade e liberdade no ciberespaço e, finalmente, o que diz respeito à diferenças regionais e civilizacionais na apropriação no novo modelo tecnológico e de desenvolvimento,

ou seja, o que em inglês se costuma designar por *digital divide*.

Após analisar os resultados de alguns estudos sobre a formação de comunidades virtuais, entre os quais o de um autor português<sup>1</sup>, Castels conclui pela existência de um novo modelo social que designa de individualismo em rede, no qual se verifica a construção de comunidades virtuais que configuram esta nova forma de socialização. Reconhecendo que estas tendências representam o triunfo do indivíduo, o A. põe a possibilidade de se estar construindo um novo modelo de sociedade: a sociedade me rede. (p.154)

A análise das relações entre a sociedade civil e o Estado neste novo contexto levam Castels a concluir que embora a Internet encerre um elevado potencial para a expressão dos direitos do cidadão, não substitui a mudança e a reforma social, contribuindo, no entanto, decisivamente para a democracia. Assim, o desafio político mais relevante que a Internet levanta é o do controlo, pelo cidadão comum, da ágora pública que constitui este novo meio de comunicação. (p.188)

A problemática relativa à privacidade e liberdade no ciberespaço levantada no cap. 6 é analisada através da consideração da relação entre indivíduos e Estado, nomeadamente no que diz respeito ao exercício da liberdade e o seu reverso, o do controlo estatal. Conclui que a Internet poderia, de facto, servir para que os cidadãos controlassem os seus governos e não o contrário. E, de forma explícita, explica: “Podría transformarse en un instrumento de control, información, participación e incluso de toma de

decisiones estructurado de abajo arriba. (...) Tendrían que ser los gobiernos y no las vidas privadas de la gente que deberían transformarse en casas de cristal, a excepción de algunas cuestiones fundamentales de seguridad nacional.” (p. 211)

No último capítulo da sua obra, Castels analisa a diferença entre os que tem em condições de se apropriar do novo modelo tecnológico e os que não as possuem. Mas não se trata apenas de uma diferença entre *info-ricos* e *info-pobres*. Trata-se de um modelo de desenvolvimento, baseado na Internet, que não deixa alternativas, porque como refere o próprio, é altamente improvável, a não ser em virtude de alguma catástrofe global, que qualquer sociedade opte por formas próprias de desenvolvimento tecnológico. De que forma é, então, possível assegurar a participação dos menos desenvolvidos neste novo modelo de redes globais. Castels identifica os principais factores que podem operar a mudança: “Sin embargo, no todo depende del conocimiento y de la voluntad política, aunque estas sean condiciones indispensables para cambiar el curso de los acontecimientos. Depende también de la capacidad de gestión de la economía, de la calidad de la fuerza de trabajo, de la existencia de un consenso social basado en la redistribución social y del surgimiento de instituciones legítimas afianzadas en lo local y capaces de gestionar lo global. Y depende también de la capacidad de los países y los actores sociales para adaptarse a la velocidad Internet en este proceso de cambio.” (p. 299)

**Paulo Leitão**

**BERNERS-LEE, Tim e outro** – *Tejendo la red*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2000, 237 p.

**CASTELS, Manuel** – *La galaxia Internet: reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad*. Barcelona: Areté, 2001, 316 p.

### LES FONCTIONS DE L'ARCHIVISTIQUE CONTEMPORAINE

Em 1994, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau publicavam a obra colectiva *Les fondements de la discipline archivistique*, na qual definiam o lugar da Arquivística na gestão da informação e apresentavam os conceitos, princípios e bases da disciplina, na perspectiva quebequense. O livro, traduzido e publicado em português pela D. Quixote, em 1998, rapidamente se afirmou como um dos manuais de referência da Arquivística portuguesa<sup>2</sup>. A obra que agora apresentamos constitui a continuação da primeira e procurou reunir um conjunto de textos, de teor mais prático, sobre as sete funções da Arquivística contemporânea, de acordo com a perspectiva de Carol Couture, responsável do projecto e coordenador da equipa de autores. A saber: a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação (componente da organização), a descrição e indexação, a difusão e a preservação dos documentos de arquivo. Cada uma delas constitui um dos capítulos da obra, que inclui ainda dois capítulos introdutórios sobre a política de gestão de arquivos

e a análise de necessidades e uma bibliografia final.

O primeiro parte do princípio que, para fazer face à actual situação (complexidade organizacional, aumento fenomenal da informação, tendência para a redução dos espaços de armazenamento, obrigações legais em torno da produção e conservação da informação, necessidade da sua avaliação, informatização das actividades, etc) é imprescindível implementar uma política de gestão de arquivos nas organizações, ou seja, “um modo concertado e reflectido de colocar em funcionamento

os meios que permitem organizar e tratar, de modo eficaz e rentável, o conjunto dos arquivos correntes, intermédios e definitivos “ das instituições (p. 10).

Compõem essa política a legislação e regulamentação, os recursos e o plano de acção que visam o tratamento adequado dos arquivos. Neste plano apresentam-se as funções arquivísticas a desenvolver, definidas através de um estudo e análise da situação e das necessidades organizacionais, que constitui o tema do segundo capítulo do livro.

A análise de necessidades, cuja metodologia (de inspiração sistémica) provém das ciências da gestão, desenvolve-se em três etapas. Na primeira procura-se conhecer a situação actual e os problemas existentes nas organizações do ponto de vista da gestão da informação arquivística. Na segunda, analisam-se os dados recolhidos na primeira etapa e, através



de um plano de acção a ser aprovado pelos órgãos de gestão, elaboram-se recomendações para o funcionamento eficaz do sistema de informação arquivístico. Por último, procede-se à implementação de soluções adoptadas superiormente.

O primeiro dos capítulos dedicados às funções arquivísticas é da autoria de Louise Gagnon-Arguin e diz respeito à criação de documentos, etapa na qual os arquivistas, cada vez mais, começam a intervir, gerindo ou colaborando na definição das condições necessárias para assegurar a qualidade, validade, credibilidade e perenidade da informação registada organizacional, com vista à sua utilização para fins administrativos e de pesquisa retrospectiva (p. 81).

Esta intervenção requer dos profissionais de arquivo o reconhecimento das especificidades institucionais, das obrigações legais a respeitar, das implicações dos ambientes tradicionais e electrónicos na produção, tratamento, utilização e preservação documental, dos requisitos exigidos pelas normas de qualidade, e a preocupação com critérios de eficácia administrativa.

O capítulo dedicado à avaliação, selecção e eliminação de documentos, da autoria de Carol Couture, apresenta a génese do problema, os seus conceitos e princípios teóricos básicos e define a tabela de selecção como o instrumento de trabalho fundamental para esta operação, com particular atenção nos requisitos para a sua elaboração. No anexo do capítulo, indicam-se os critérios de avaliação para a atribuição do valor primário e secundário dos documentos, com destaque para estes últimos, na perspectiva dos americanos Boles e Young.

O capítulo V é relativo à entrada de documentação nos arquivos, sejam ou não de proveniência institucional, e a necessidade da sua planificação.

Entre outros aspectos, James Lambert, autor do texto, defende que uma incorporação de documentos de origem institucional efectuada no quadro de um programa de gestão de documentos administrativos completo e bem executado encontra-se simplificada, requerendo pouco mais do que uma verificação rápida da aplicação da tabela de selecção, uma verificação e aproveitamento das descrições existentes e uma eventual mudança de unidades de instalação, devidamente controlada.

Lambert analisa ainda o impacto da função em estudo na sua relação com outras. A última parte do seu texto é dedicada à aquisição de arquivos não institucionais, acção que deve obedecer a uma planificação estratégica e uma política de aquisição com prioridades definidas. Um dos pontos mais interessantes é relativo às situações que implicam avaliação monetária da documentação e a relação desta com a avaliação arquivística.

No capítulo VI, referente à classificação, Gilles Héon defende que a primeira etapa desta função é a delimitação do fundo, apresentando, para o efeito, vários critérios. O autor distingue a classificação externa e interna dos fundos, situando no primeiro caso o conceito de grupo de fundos. Aborda ainda os sistemas de codificação usados no Quebeque.

O capítulo dedicado à descrição e indexação, de Dominique Maurel e Michel Champagne, salienta o princípio da descrição evolutiva, realizada desde

o início do ciclo de vida dos documentos e atingindo um grau maior de profundidade nos que são de conservação permanente e se encontram em arquivo definitivo. Aborda depois os dois grandes eixos do processo da descrição dos documentos de arquivo – descrição das características físicas e do conteúdo informativo, com particular destaque para este último.

Trata ainda da tipologia dos instrumentos de descrição e pesquisa em arquivo corrente, intermédio e definitivo, bem como dos meios tecnológicos e normas existentes para a sua produção, salientando o caso das normas canadianas (RDDA) e das ISAD, aplicadas aos documentos de conservação permanente. O ponto I encerra com o texto sobre as políticas de descrição O ponto II, última parte do capítulo, refere-se sobretudo à indexação temática e à que integra pontos de acesso, independentemente do assunto. Referencia as normas existentes a este nível e a necessidade de existir uma política clara de indexação nos organismos.

A obra termina com os capítulos referentes à difusão e à preservação documental, da responsabilidade de Norman Charbonneau e Johanne Perron e Hélène Charbonneau, respectivamente.

No cômputo global, pode afirmar-se que se trata de um livro coerente, dentro dos conceitos e dos princípios defendidos pela Arquivística quebequense (que não são indiscutíveis), constituindo uma das raras obras que trata a Arquivística e o ciclo de vida dos documentos de arquivo de modo integrado, abordando cada uma das suas funções em articulação com as restantes. Tem ainda a vantagem de não pretender destacar nenhuma fase do ciclo vital, nem nenhum

tipo de suporte em particular. Pelos motivos apresentados, é um livro que pode dar um contributo interessante para o debate dos profissionais portugueses no momento em que se pretende implementar uma Arquivística de carácter sistémico e globalizante nas organizações e em que se procuram promover modelos de formação *transversais*, que privilegiam uma abordagem integrada das várias funções dos profissionais de arquivo, como o comprova o programa de formação de técnicos adjuntos de arquivo proposto pela BAD.

A obra em referência encontra-se apenas disponível na versão original, embora se saiba que a sua tradução não está fora dos horizontes editoriais portugueses.

**Pedro Penteado**

COUTURE, Carol (dir.) – *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Les Presses de l'Université du Québec, 1999. 560 p. Colecção «Gestion de l'information », 7.

<sup>1</sup> Cardoso, Gustavo – *Para uma sociologia do ciberespaço: comunidades virtuais em português*. Lisboa: Celta, 1998

<sup>2</sup> Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998 (revisão científica de Pedro Penteado). A perspectiva dos autores portugueses sobre a obra pode ser consultada nas resenhas efectuadas por Cecília HENRIQUES (História, nova série, n.º 4/5, Jul.-Ag. 1998, p. 100-101), Armando Malheiro da SILVA (Caderno de Estudos Municipais, n.º 8, Dez. 1997, p. 222-226) e Fernanda RIBEIRO (Archival Science, vol.I, n.º 1, 2001, p. 113-116).